

Capitalismo e trabalho: possibilidades assentadas na educação.

Roney Gusmão do Carmo*

Resumo

Mais que um regime econômico, o sistema capitalista é capaz de fazer inferências ideológicas e morais ao comportamento humano. Tal constatação contribuiu substancialmente para a formulação de um conceito de trabalho totalmente submisso à lógica de acumulação capitalista, fato que dificulta a percepção humana do ato de trabalhar para além do ganho financeiro. Envolto por este paradigma, nota-se uma aceitação do padrão moral do sistema, cuja lógica se demonstra submissa à volúpia do capital. Situada no interior do capitalismo, a educação insurge como meio capaz de desvelar a contradição de modo confrontando-a com a análise crítica, tendo em vista combater a ignorância ao sinalizar para alternativas.

Palavras-chave: Escola, moral, trabalhador, ideologia.

Abstract

More than an economic system, capitalism is capable of inferences ideological and moral human behavior. This comprehension contributed substantially to the formulation of a working concept complete submitted to the logic of capital accumulation, a fact that complicates the human perception of the act of working beyond financial gain. Wrapped by this paradigm, there is an acceptance of the moral standard of the system; logic proves amenable to the whims of capital. Located within capitalism, education appears as a means capable of revealing the contradiction so comparing it with the critical analysis in order to combat ignorance to signal for alternatives.

Key words: School, moral, hardworking, ideology.

* **RONEY GUSMÃO DO CARMO** é mestrando em Memória: Linguagem e Sociedade pela mesma instituição. Atualmente leciona na rede estadual de educação para o ensino médio no Estado da Bahia e como professor de filosofia na Faculdade de Tecnologia e Ciência - FTC.

A lógica da moralidade capitalista

Partindo dos pressupostos marxistas, que compreende determinadas características da organização social como sujeitas a perpetuação entre gerações, cabe encaminhar este estudo ao modelo de produção vigente nos dias de hoje, cuja apreciação carece de análises teóricas na órbita deste sistema. Seria ingenuidade compreender o regime capitalista somente enquanto sistema econômico que, de forma previsível, orienta a prática mercantil e a organização financeira da sociedade contemporânea. O capitalismo e todo seu aparato, que se materializa na divisão social do trabalho e na estratificação social, demonstra-se parte estruturante do cerne ideológico que orienta a moralidade humana.

A divisão capitalista do trabalho, portanto, não se limita apenas a submeter a si todos os campos da atividade material e intelectual, mas se insinua profundamente na alma de cada um, provocando nela profundas deformações, que se revelam posteriormente sob variadas formas nas diversas manifestações ideológicas. A covarde submissão a estes efeitos da divisão do trabalho, a passiva aceitação destas deformações psíquicas e morais, que são inclusive agravadas e enfeitadas pelos pensadores e escritores decadentes, constituem um dos traços mais importantes e essenciais do período da decadência. (LUKÁCS, 1992, pp. 121-122).

A burguesia, que outrora despontava enquanto grupo revolucionário em luta incisiva pela libertação do conhecimento enquanto forma de emancipação da existência humana, sobe ao poder e faz uso do conhecimento como ferramenta para garantir os interesses da classe dominante. Se antes, no cenário iluminista, o ideário burguês preconizava a desconexão do

conhecimento científico em relação ao misticismo teológico, a partir do momento em que se torna classe hegemônica, a burguesia submete a ciência ao crivo do capital como forma de omitir as graves distorções oriundas da contraditória sociedade capitalista. Como parte desta reformulação ideológica, a individualidade e o materialismo surgem como fundamentos elementares da natureza comportamental do homem subordinados à lógica de acumulação capitalista. As relações humanas, dentro deste raciocínio, subsistem à base de buscas viscerais pelo lucro constante, cujos vínculos sociais se fragilizam pelo permanente sentimento de concorrência entre os indivíduos. Um dos efeitos mais nefastos é a brutal deserção de movimentos orientados pela reivindicação de direitos coletivos, cujo dismantelamento tem sido sutilmente induzido pela ideologia burguesa acima descrita.

Como parte significativa da moralidade humana no interior do sistema capitalista, cabe analisar o sentido que o trabalho assume dentro da lógica de acumulação. De modo geral, pode-se afirmar que por meio do trabalho os homens suprem as suas necessidades individuais e coletivas, interferindo na natureza de modo a adequar os recursos disponíveis aos imperativos das sociedades. Todavia, é interessante salientar que, embora o trabalho seja parte essencial da realização pessoal humana ao construir seu espaço de atuação, o desenvolvimento histórico da organização econômica ancorou num modelo produtivo construído mediante a exploração do homem pelo homem. Sistema este que se mantém através da estratificação social, capaz de tirar proveito das mais torpes condições de precarização dos trabalhadores e que os esvazia com uma alienação

convenientemente propagada pelo ideário burguês.

Esta alienação se torna parte embrionária do modelo de sociedade instituída pelo sistema capitalista em que o capital subjuga as práticas sociais, mutilando concepções coletivas de desenvolvimento e instituindo a necessidade visceral de acúmulo de riquezas. A apropriação privada da terra, dos meios de produção, a exploração declarada do trabalho humano, bem como a precarização do mesmo, são apenas alguns exemplos de práticas cotidianas amparadas pelo modelo de desenvolvimento vigente.

Como forma de garantir a permanência deste contrassenso, o Estado institucionaliza meios de tornar admissível a negação de grande parcela da sociedade em detrimento do acúmulo de divisas ao patrimônio burguês. Assim, o Estado se torna “a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 74)

O trabalho humano, enriquecido pelo seu peculiar poder criativo, autor de sua humanização, é substituído por uma conduta alienada, inspirada na permanente necessidade de conquistas materiais, em que o fetichismo da mercadoria simplifica abruptamente a essência humana à exigência de consumir. O capitalismo, neste sentido, infiltra nas próprias necessidades humanas, difundindo uma ideologia capaz de transferir a essência humana do “ser” para o “ter”, onde o embasamento é o fascínio exercido pela mercadoria que, nestas circunstâncias, se torna parte fundante da existência humana. Instaura-

se, portanto, o egoísmo generalizado, o individualismo e ambição exacerbados pela ideologia homogeneizadora aos moldes burgueses. (MARX, 1978).

Evidentemente, os valores morais são historicamente construídos e, para analisá-los, torna-se imperativo reconhecer os elementos subjetivos que agregam sentido às relações sociais, uma vez que os indivíduos, embora sejam seres singulares, são simultaneamente sínteses de múltiplas determinações. Esta constatação sugere observações muito mais complexas das quais não se pretende discorrer no presente texto, mas que, desde já, permite compreender a valoração moral humana como parte do processo de reconhecimento do homem como ser social que, a partir das peculiaridades existentes em seu contexto, incorpora caracteres historicamente fornecidos pela coletividade. A análise que não pode ser ignorada é a percepção do quanto os valores morais sofrem deturpações em função da divisão social do trabalho implementada pelo regime capitalista. Como já mencionado, a alienação presente nas práticas sociais, aliada ao poder de fascínio proposto pelo materialismo, trancam a moralidade humana e cimentam novas orientações às práticas sociais.

A moral da economia política é o *ganho*, o trabalho e a poupança, a sobriedade, mas a economia política promete satisfazer as minhas necessidades. A economia política da moral é a riqueza de boa consciência, de virtude, etc. Mas como posso ser virtuoso, se não sou? Como posso ter boa consciência, se não sei nada? Tudo isto está fundado na essência da alienação: cada uma aplica-me uma medida diferente e oposta, a moral aplica-me uma e a economia política outra, porque cada uma destas é uma determinada alienação do

homem e fixa um círculo particular da atividade essencial alienada; cada uma delas se relaciona de forma alienada com a outra alienação (MARX, 1978, p. 19).

Um olhar simplista deixa a impressão de que o capitalismo, devido ao fascínio alienante eficazmente exercido sobre a sociedade, emperrou qualquer possibilidade de superação das condições postas. Entretanto de que o capitalismo não encerra o fim da história e de que este modelo não atende as reais demandas humanas, entende-se que é o conhecimento, condição de emancipação frente ao emaranhado de forças alienantes na sociedade, que garante o processo de resistência.

Não se pretende, é claro, dogmatizar a ideia de demonização da burguesia e compreensão do proletariado enquanto classe vitimizada pelas incoerências do sistema, pois tal percepção merece ser superada a luz de reflexões mais contundentes. As concepções marxistas se mostram oportunas ao permitirem visualizar o grau de subordinação promovido pela alienação capitalista. Fetichiza-se o trabalho humano, subjugando-o à lógica da exploração e acumulação, ideologia esta que oculta as graves discrepâncias sociais, resultando numa generalizada sensação de inevitabilidade das incoerências do capitalismo. Esta ideologia se expressa de forma cínica e arrebatadora, tanto por que gera uma apatia generalizada, como também porque pulveriza possibilidades de mobilizações de resistência contra este ideário. É o conhecimento, por meio de uma educação crítica e sistematizada, que compreenda as práticas sociais enquanto resultado dos sucessivos contextos históricos, que pode promover a consciência coletiva de classe, capaz de fazer resistência à alienação imposta. O esclarecimento, desvelando o cinismo ideológico a serviço da elite capitalista,

permite compreender que as contradições visíveis no sistema não se inscrevem no campo da fatalidade, mas se demonstram efeito premeditado da cruel articulação daqueles que ostentam posições superiores na hierarquia social. Além disso, é também por meio de uma educação crítica, associada à análise dos subseqüentes processos históricos, que aportam na atual conjuntura capitalista, que se torna possível compreender a luta de classe enquanto mão única para que sejam superadas as austeras condições de exploração presentes na atual organização.

Serão estes esclarecimentos, fornecidos por uma educação politicamente comprometida com a emancipação do ser humano, que viabilizará a busca de alternativas do cidadão diante de caminhos múltiplos que lhes são apresentados. Afinal, é o esclarecimento sobre o regime institucionalizado que permite identificar os caminhos a serem seguidos, bem como aqueles a serem rejeitados. A nebulosidade da ignorância posiciona os homens como marionetes de ideias arbitrárias mais obviamente propagadas enquanto verdades.

O desenvolvimento da sociedade humana – considerada sob o ponto de vista dos sujeitos humanos – consiste substancialmente no fato de que todos os passos da vida do homem, desde aqueles mais cotidianos aos mais elevados, são dominados por estas decisões. Qualquer que seja a consciência que os homens têm deste fundamento de todas as suas ações – em cada sociedade a vida produz continuamente circunstâncias que podem ocultar esse estado de coisas – eles têm de qualquer forma alguma sensação, embora muito indistinta, de fazer a própria vida, por si só, por meio dessas decisões alternativas. Por isso, nunca pode

desaparecer completamente da sua vida emotiva aquele complexo de experiências anteriores nas quais apóia-se a idéia filosófica da liberdade; conseqüentemente, as ideias de liberdade e as tentativas de traduzi-las em prática são uma constante na história humana e aparecem, em parte, em primeiro plano, em cada tentativa dos homens de esclarecerem eles mesmos as suas atitudes em relação ao mundo, assim como aparece também, em parte no primeiro plano, no seu polo oposto, ou seja, a necessidade, ela também experimenta continuamente na vida cotidiana. (LUKÁCS, 2010, p. 10).

Por meio do esclarecimento, sinalizado a partir de uma educação crítica sistematizada, o indivíduo tem acentuado seu poder analítico sobre os apelos ideológicos em constante embate no seu contexto de relações sociais. Torna-se revelada a ideologia capitalista, que corrompe todos os valores histórica e arduamente construídos por meio da genialidade humana, convertendo-os à mera posição de mercadoria tão ordinária como outra qualquer. Não se pretende, é claro, promulgar a ideia improvável de escola enquanto espaço suficientemente desencadeador de amplas transformações conjunturais na sociedade, contudo é a educação, em compromisso político emancipatório, que pode munir a classe trabalhadora na busca por superar os extensos entraves impostos em sua prática social.

Através desta análise, torna-se possível decompor a ideologia do capital que tão tenazmente infiltrou na própria ideologia dos cidadãos, sendo muitas vezes difícil dissociar a lógica de acumulação apregoada pelo capitalismo da essência ideológica pessoal. O dinheiro, nesta perspectiva, seria o elemento capaz de produzir a felicidade, fazendo também do homem uma mercadoria – segundo

Marx – fetichizando as próprias relações sociais. Na base deste cenário, mutila-se a moral humana, por meio da abstração de valores capazes de corroborarem com as exaustivas necessidades de adquirir dinheiro.

Na empreitada por superar as condições vigentes, o que a sociedade, de fato, necessita é conhecer caminhos alternativos, revelados por meio de uma educação crítica sistematizada, tendo em vista a superação da apatia gerada pela alienação. Oxalá tais esclarecimentos alterem o curso do indivíduo – e de forma mediata, da coletividade – precavido perante as forças ideológicas presentes na sociedade, mas, sobretudo, potencializar o poder reflexivo crítico sobre o posicionamento pessoal dentro das práticas sociais já se constitui em elemento sobressaliente para se recuperar uma acepção ontológica sobre a humanização nas práticas sociais.

A revolução, e não a crítica, é a verdadeira força motriz da história, da religião, da filosofia e de qualquer outra teoria. Esta concepção mostra que o fim da história não se acaba resolvendo em “consciência de si”, como “espírito do espírito”, mas sim que a cada estágio são dados um resultado material, uma soma de forças produtivas, uma relação com a natureza e entre os indivíduos, criados historicamente e transmitidos a cada geração por aquela que a precede, uma massa de forças produtivas, de capitais e de circunstâncias, que, por um lado, são bastante modificados pela nova geração, mas que, por outro lado, ditam a ela suas próprias condições de existência e lhe imprime um determinado desenvolvimento, um caráter específico; por conseguinte as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias. (MARX; ENGELS, 2007, p. 36)

O trabalho a partir da lógica moral capitalista.

A compreensão da estrutura orgânica do sistema capitalista, como brevemente analisada no tópico anterior, é elemento primordial para que se possa situar elementos ideológicos que compõe a prática social humana. E como parte fundante destas relações sociais, devemos retomar as ideias sobre trabalho de uma forma mais ampla.

Entende-se que por meio do trabalho os homens constroem o espaço onde vivem, bem como constroem-se mutuamente. Neste sentido o trabalho é condição de existência humana, uma vez que permanentemente o ato de trabalhar se configura em respostas imediatas às próprias demandas pessoais e/ou coletivas. É relevante constatar que a produção derivada do trabalho humano se estabelece enquanto meio de distinção do nosso comportamento em relação aos outros animais, pois, embora as demais espécies de vida tenham o trabalho como atividade vital, eles o fazem sob compulsão pela necessidade física direta, ao passo que o homem produz por livre necessidade. Enquanto os animais sequer distinguem sua atividade de si mesmo, pois a veem induzidos pelo instinto, o homem tem o objeto de seu trabalho enquanto fruto de sua vontade consciente. Sem o trabalho, as sociedades humanas não teriam se constituído historicamente como tal.

Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado por seu trabalho, atua sobre a natureza externa e muda ao mesmo tempo sua própria natureza, “desenvolve as potencialidades que estão adormecidas na natureza” e submete as forças dela “ao seu próprio poder”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, objetos de

trabalho, em matérias-primas, etc. (LUKÁCS, 1992, p. 92)

Com o advento do capitalismo, bem como da propriedade privada, esta percepção ontológica do trabalho é radicalmente corrompida. A alienação, bem como a divisão social do trabalho, apoiados pelo surgimento da propriedade privada, fazem do sistema capitalista um regime capaz de distorcer toda a percepção humana sobre o ato de trabalhar, uma vez que, “enquanto o trabalho alienado afasta o objeto da produção do homem, também afasta sua *vida-espécie*, sua objetividade real como *ante-espécie*, e muda a superioridade sobre os animais em uma inferioridade, na medida em que seu corpo inorgânico, a natureza, é afastado dele.” (FROMM, 1983, p. 97)

A degradação do sentido ontológico do trabalho chega a um grau crônico ao ponto de tornar difusa a visualização do trabalho humano dentro da prática social por esta ótica. Seguramente esta perspectiva se abstraiu a partir da apropriação mercadológica da natureza, atribuindo aos recursos um *valor-de-uso* e, no decorrer do desenvolvimento social deste recurso, o *valor-de-troca*.

Voltemos (...) à relação ontológica entre natureza e sociedade; podemos constatar que as categorias e as leis da natureza, tanto da orgânica quanto da inorgânica, constituem em última análise (no sentido da alteração fundamental da sua essência) uma base ineliminável das categorias sociais. A posição teleológica do trabalho só pode cumprir sua função transformadora sobre a base de um conhecimento, pelo menos imediatamente correto, das propriedades reais de coisas e processos. (LUKÁCS, 1992, p. 95)

Embora a natureza contenha a materialidade onde e com a qual se efetiva o trabalho humano, a alienação,

proveniente do sistema capitalista, converte o produto do trabalho em *objeto externo* ao trabalhador que, mesmo existindo fora dele mesmo, lhe é estranho, opondo-se como força autônoma. O trabalhador exaure forças na produção de *objetos* que, em seguida, se volta contra si mesmo, hostilizando-o e despindo-o na sua condição servil. O trabalho, portanto, deixa de ser condição para satisfazer as necessidades pessoais e coletivas, para se tornar um meio de satisfação de demandas que são externas ao trabalhador e, que em muitos casos, lhe ultrapassa conhecer. Rompe-se com a espontaneidade aplicada ao trabalho, que se torna em atividade mecânica e fatigante para usufruto de outrem. Destarte, aliena-se o homem da sua própria *natureza extrínseca*, desumanizando o deslumbre da criatividade humana.

... o trabalhador afunda até um nível de mercadoria, e uma mercadoria das mais deploráveis; que a miséria do trabalhador aumenta com o poder e o volume de sua produção; que o resultado forçoso da competição é o acúmulo de capital em poucas mãos, e assim uma restauração do monopólio da forma mais terrível; (...) dividindo-se o conjunto da sociedade em duas classes de *possuidores* de propriedades e *trabalhadores* sem propriedades. (FROMM, 1983, p. 89)

Neste sentido é a alienação do trabalho que torna o produto alheio ao trabalhador, fazendo difusa a lógica imediata entre o resultado do trabalho e o real favorecido pelo mesmo. Erich Fromm, debruçando sobre este tema, afirma:

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, mas o enfrenta como uma força estranha, isso só pode acontecer porque pertence a um outro homem que não o trabalhador. Se sua atividade é

para ele um tormento, ela deve ser uma fonte de satisfação e prazer para outro. Não os deuses nem a natureza, mas só o próprio homem pode ser essa força estranha acima dos homens. (FROMM, 1983, p. 98)

A relação lógica entre o trabalhador e o favorecido pelo fruto do labor executado deixou de ser óbvia. Fromm ironiza ao insinuar uma justificativa metafísica para o questionamento levantado, entretanto a invisibilidade daqueles que se apropriam de lucros exponenciais, por meio da exploração, revela – para um olhar mais despercebido – uma postura “estranha acima dos homens”. Ao expropriar do trabalhador o benefício adquirido pelo fruto do seu trabalho, forma-se, portanto, uma burguesia, cuja especialidade, segundo Lukács, consiste em “não fazer nada”, apenas desfrutar dos benefícios extraídos de um trabalhador molestado em sua força produtiva.

Considerações finais: “...moral da história...”

A ambiguidade de todo arranjo conjuntural capitalista às vezes parece não mobilizar as massas aspirando sua superação. Para compreender as razões deste contrassenso, basta sobrepor todo aparato ideológico burguês, debatido anteriormente, aos difusos arranjos que ajustam as relações de trabalho na atualidade. Os esforços da burguesia se voltam ao domínio político, mas principalmente ideológico da classe trabalhadora com objetivos bastante precisos e extremamente premeditados. É este primado que organiza toda a estrutura capitalista cujo desempenho nuclear é a manutenção dos interesses hegemônicos da classe burguesa por meio da incorporação, individual e coletiva, de mecanismos que fomentem a aceitação da ordem capitalista enquanto admissível, inevitável e,

lamentavelmente, possibilidade exclusiva.

A classe trabalhadora é desmantelada, tanto pela atual reconversão produtiva, como também devido ao conformismo nascido ante a ilusória falta de alternativas de transformação. Como debatido anteriormente, é a falta de esclarecimentos que imobiliza, uma vez que não compreender os mecanismos que historicamente desencadearam mudanças substanciais é meio de agenciar a estagnação dos movimentos sociais. A ignorância, portanto, é paralisante, pois tende à aceitação dos paradigmas mais óbvios e massificados, ou seja, aqueles amplamente divulgados pelos aparelhos a serviço da ideologia burguesa. É este cenário que justifica a multiplicação exponencial de mecanismos ideológicos compelidos em conter a rebeldia contra a “ordem” apática que paira no contexto atual, não pela repressão armada, mas pela violência sutil de uma ideologia paralisante.

A ideologia dominante amordaça a rebeldia por meio de uma moralidade questionável vinculada ao consumismo, materialismo, individualismo dentre outros valores aviltados pelos efeitos nefastos que produzem, tanto para o meio ambiente como também para essência humana enquanto ser social. Esta deformação promove uma *cisão* moral num homem corrompido pelas distorções impressas na *alma* do indivíduo.

Este império exercido sobre a consciência humana pela divisão capitalista do trabalho, esta fixação do isolamento aparente dos momentos superficiais da vida capitalista, esta separação ideal da teoria e práxis, produzem – nos

homens que capitulam sem resistência diante da vida capitalista – também uma cisão entre o intelecto e a vida de sentimentos. (LUKÁCS, 1983, p. 125)

O capitalismo se demonstra absolutamente contraditório, desfigurando o homem pelo esvaziamento da sua atividade social, proporcionando-lhe distúrbios que vão para além das discrepâncias sociais verificadas em seu cotidiano, chegando a tocar sua própria vida individual. É fora desta sociedade, trincada por forças contraditórias, que o homem assume outra vertente de si mesmo, da qual Lukács apelida *My house is my castle*: “pobre homem, humilhado e ao mesmo tempo ambicioso em sua atividade profissional, desafoga em sua casa todos os seus instintos de domínio reprimidos e pervertidos”. (LUKÁCS, 1983, p. 126).

Referências

- FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- LUCÁKS, Georg. **Para uma ontologia do ser social**. Tradução: Maria Angélica Borges. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/6973955/Gyorgy-Lukacs-Ideologia-Para-uma-Ontologia-do-Ser-social>> Acesso em 22 de outubro de 2010.
- LUKÁCS, Georg. Sociologia. In: NETTO, José Paulo. **Sociologia: Lukács**. São Paulo: Ática, 1992
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. Tradução: José Carlos Bruni (et al.). São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. (1845-1846)**. Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.